

NOVA EVANGELIZAÇÃO, PROMOÇÃO HUMANA E CULTURA CRISTÃ

Fernando Bastos de Ávila
Centro João XXIII (RJ)

O tema em pauta foi fixado pelo Santo Padre João Paulo II para a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano a ser celebrada em Santo Domingo no ano de 1992, por ocasião do V Centenário da Evangelização do Novo Mundo.

A presente reflexão enfoca o tema em referência ao centenário da encíclica *Rerum novarum* (1891), uma vez que o ano de 1991 foi declarado, pelo mesmo Santo Padre, o ano da doutrina social da Igreja, ou seja, procura-se aqui focalizar o tema à luz dessa doutrina.

Para se compreender a importância da articulação de uma Nova Evangelização com a doutrina social da Igreja é necessário ter presentes algumas considerações preliminares.

Em primeiro lugar, deve-se ter presente que projeções estatísticas confiáveis levaram a crer que até o final do milênio, na América Latina, se concentrarão mais de 50% dos católicos do mundo. O nosso continente, como maior *continuum* católico do mundo, merecia ser considerado como a "grande esperança" da Igreja universal para o próximo milênio.

Em segundo lugar, é preciso dizer que a consciência aguda de processos socioculturais latentes e agora emergentes começam a ameaçar a "grande esperança".

ryauter

Como terceira consideração preliminar, é preciso notar que a frustração das tentativas grotescas de dar uma dimensão continental a um castrismo anacrônico e senil alimenta a ilusão contrária, de se deixar empolgar pelas propostas de um capitalismo de mercado liberalóide, o qual, se pode funcionar em países de certa equidade na distribuição da renda, não é solução do escandaloso paradoxo: o maior continente católico é também o continente que convive com a maior iniquidade social de concentração de renda.

Em quarto lugar, o entusiasmo ingênuo por um neoliberalismo continental está levando a um libertarismo hedonista com conseqüências preocupantes para a ação evangelizadora, conseqüências já indisfarçáveis na queda da prática religiosa, especialmente entre as chamadas elites e entre a juventude.

Finalmente, é preciso reconhecer que essa situação abriu o flanco para a agressiva penetração das seitas, que constituem hoje uma séria ameaça às projeções otimistas do grande continente católico do próximo milênio.

As considerações preliminares acima referidas conduzem à indagação central da presente reflexão: qual a contribuição da doutrina social da Igreja aos desafios da Nova Evangelização? A resposta a essa indagação se resume na tese seguinte: a Nova Evangelização está comprometida com uma promoção humana que só será possível através da recuperação dos valores fundamentais da cultura cristã. É essa tese que a presente reflexão pretende brevemente elaborar. ☺

A doutrina social da Igreja, na linha consagrada pela encíclica *Sollicitudo rei socialis*, é o esforço sempre renovado de explicitar, ante os sempre novos desafios, as exigências sociais da fé sempre permanente. Sem a constante referência à fé, a doutrina social da Igreja se esgotaria em propostas salvacionistas que não iriam além das mobilizações ideológicas anacrônicas de esquerda e de direita.

À luz dessa fé, a proposta da doutrina social da Igreja consiste essencialmente na idéia da necessidade de atender às exigências da justiça através do exercício responsável da liberdade.

Por essa sua proposta, ela define sua radical incompatibilidade tanto com o liberalismo capitalista como com o comunismo marxista, tal como já deixara claro a encíclica *Laborem exercens* e, mais recentemente, a *Sollicitudo rei socialis*, que em nenhum momento emprega o termo socialismo, para evitar confusões ideológico-políticas.

O liberalismo capitalista exaltava a liberdade e, no seu momento histórico, foi um avanço sobre as estruturas esclerosadas do antigo regime. Na realidade, porém, essa exaltação da liberdade resultou na situação de uma imensa iniquidade social.

Ela foi o pretexto para a exploração dos proletários "reduzidos a uma condição quase servil", como escrevia Leão XIII na *Rerum novarum* (2), pela minoria dos privilegiados que acumulam "um poder imenso e um verdadeiro despotismo econômico", nas palavras de Pio XI, na *Quadragesimo anno* (105). A situação não melhorou muito de então para cá. João Paulo II, em seu discurso na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, denunciava com vigor: "Subsistem muitas vezes, como fatores de turbulência, as terríveis disparidades entre os homens e os grupos: de um lado os excessivamente ricos; de outro lado, a maioria numérica dos pobres ou até mesmo dos miseráveis, privados de sustento, de possibilidades de trabalho e de instrução, condenados em grande número à fome e às doenças". O discurso foi pronunciado em 2 de outubro de 1979, e é sabido que a década dos anos 80 foi uma década perdida para os países pobres, que só contribuiu para agravar as disparidades, ameaçando dividir o mundo em um gigantesco *apartheid* social.

De outra parte, entretanto, aquela mesma situação de iniquidade alimentava uma surda frustração coletiva que seria explorada pelo marxismo emergente para sua reivindicação de justiça e de igualdade, que se alastraria rapidamente como um verdadeiro incêndio. Profeticamente, Leão XIII, referindo-se ao coletivismo, sem mencionar o marxismo, já fazia a advertência de uma lucidez antecipadora sobre suas funestas conseqüências: "A perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta para todas as invejas, e todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a liberdade privados de seus estímulos e, como conseqüência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar da igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria" (RN, 22). Hoje, *post factum*, sabemos que a farsa da ditadura do proletariado foi, de fato, o pretexto para a ditadura do partido, da nomenclatura nas mãos do ditador, cujo desfecho a que ainda assistimos é a dramática implosão dos países do coletivismo marxista do Leste Europeu. A frustrada implantação da justiça foi tentada ao preço de um total sacrifício da liberdade, inclusive e principalmente da liberdade religiosa.

A doutrina social da Igreja nunca se comprometeu com nenhum dos dois sistemas, nem com o liberalismo capitalista nem com o coletivismo marxista. É importante, porém, que se sublinhe que a razão radical desse não-comprometimento não reside prioritariamente nos seus fracassos em resolver a questão social. Ela não se comprometeu com eles por uma repulsa instintiva, por um instinto de fé, que desde o início via neles o imanentismo incompatível com a missão evangelizadora. A reação instintiva tem sua plena formulação doutrinária nas denúncias do "economicismo", do "ateísmo teórico e prático" constantes das encíclicas já citadas *Laborem exercens*, *Sollicitudo rei so-*

cialis, e no documento da Congregação da Doutrina da Fé: Liberdade cristã e libertação.

A proposta da doutrina social da Igreja, distante dos extremos incompatíveis com a fé, tem sua consistência própria. Ela não é original pela exigência da justiça. O coletivismo marxista também pretendia reivindicá-la, mas ao preço da liberdade. Ela não é original pela exigência da liberdade. O liberalismo capitalista também pretendia reivindicá-la, mas ao preço da justiça.

Sua originalidade primeira reside precisamente em insistir em que só através do uso responsável da liberdade é possível atender afinal às urgentes e tremendas exigências da justiça.

Vivemos num mundo profundamente injusto; vivemos num continente profundamente injusto. Os frios dados estatísticos de instituições idôneas, como os dos relatórios do Banco Mundial, dispensam citar cifras e índices dolorosos. A injustiça do mundo e do continente é de uma evidência clamorosa.

O que é mais grave, entretanto, é que a situação se deteriora e a razão dessa espiral descendente reside precisamente no fato de que as soluções tentadas foram sempre impostas de cima para baixo, ou por governos autoritários e ditatoriais ou por elites burocráticas de tecnocracias noturnas, cuja onisciência consistia em encontrar sempre uma explicação erudita para seu último fracasso. Ou seja, a situação se agravou porque não foi buscada solução na única força capaz de revertê-la: o uso responsável da liberdade subindo de baixo para cima. O povo foi sempre objeto do poder, destinatário de outorgas complacentes do poder; nunca foi sujeito do poder, agente de seu próprio destino. A Nova Evangelização está comprometida com esse desafio da promoção humana.

O enfrentamento desse desafio na Nova Evangelização só será possível através da recuperação dos valores fundamentais da cultura cristã.

Aqui vamos encontrar a segunda e mais radical originalidade da mensagem da doutrina social da Igreja.

Muitos grandes líderes de importantes movimentos históricos foram ou ainda são apaixonados pela justiça e apaixonados pela liberdade. O que é surpreendente, porém, é o fato de que para todos, ou para quase todos, a única fonte onde buscar a força para a defesa das reivindicações da justiça e das exigências da liberdade é o ódio. O mundo, de alto a baixo, está dividido pelo ódio, ódio entre nações, entre facções, entre seitas, entre classes sociais, entre organizações corporativas.

É nesta tempestade de ódios que a doutrina social da Igreja anuncia uma civilização do amor. Como parece lírica essa proposta aos céticos

e aos sábios do mundo! No entanto, uma humanidade cansada, dilacerada por tantos sofrimentos provocados por tantos ódios, começa a se abrir a essa mensagem, como a relva seca a um orvalho matutino.

Só o amor pode atender às exigências da justiça, porque só o amor pode levar ao uso responsável da liberdade. E o amor é o mandamento de Cristo: "Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei", e Ele nos amou até dar a sua vida por nós.

Só o amor atende às exigências da justiça, porque só o amor liberta dos egoísmos pessoais, familiares, classistas, corporativos, nacionalistas. E só quem é livre liberta. Só o amor permite fazer a experiência profunda da beleza do dom, da partilha e da festa.

Só o amor leva ao uso responsável da liberdade, porque só o amor permite descobrir e respeitar no outro sua inalienável dignidade de filhos de Deus, sem nenhuma discriminação social, étnica, racial, religiosa ou cultural. Só o amor permite a todos descobrirem-se como irmãos, filhos do mesmo Pai, co-herdeiros do mesmo Cristo, o evangelizador, o que anuncia a todos a Boa Nova do Reino. Só o amor, atendendo às exigências da justiça pelo exercício responsável da liberdade, promove o bem comum, que não é uma vaga **utopia** ou uma remota **ucronia**, mas a simples realização das condições bem concretas que permitam a todos alcançar níveis de vida compatíveis com sua dignidade de filhos de Deus. Só o amor, atendendo às exigências da justiça pelo uso responsável da liberdade, promove o respeito ao meio ambiente no qual se desenrola a aventura humana, o desígnio da salvação redentora; o respeito a esse pequenino planeta azul que o Verbo escolheu para, nele, pelas entranhas virginais de Maria, se fazer carne e habitar entre nós.

A civilização do amor não é assim uma proposta lírica, porque o amor associa a justiça e a liberdade por um novo valor radicalmente cristão, o valor da solidariedade, a exemplo do Verbo de Deus que se solidarizou conosco assumindo nossa condição humana.

A síntese da mensagem de Paulo VI, na encíclica **Populorum progressio**, foi precisamente esta: o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens só é possível pela solidariedade de toda a humanidade. Não sem razão, João Paulo II quis celebrar em 1987 os vinte anos da promulgação daquela encíclica, com a **Sollicitudo rei socialis**, depois de ter lançado sua primeira encíclica social, a **Laborem exercens**, na qual o termo solidariedade aparece, por uma razão secreta, não menos que 14 vezes.

A solidariedade anunciada pela doutrina social da Igreja é muito mais exigente que a expressão de uma afeição compassiva. Solidariedade é a condição existencial de um binômio no qual um termo tanto mais se

realiza quanto mais investe na realização do outro termo. Os termos do binômio se ampliam em círculos crescentes que vão desde o homem e a mulher, os pais e os filhos, as classes sociais, o capital e o trabalho, as nações ricas e pobres, o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. A solidariedade é a mais radical e concreta exigência do amor.

Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã, não é um mero título para o tema da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Situado sob o enfoque da doutrina social da Igreja, o tema se revela como o projeto inadiável, como o desafio incontornável de uma Igreja que, se preparando para celebrar o V Centenário de sua evangelização, não pode frustrar a grande esperança que nela deposita a Igreja Universal na aurora que já se anuncia do próximo milênio.

Endereço do autor:

R. Bambina, 115

22251 — Rio de Janeiro — RJ